

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.299 - PR (2019/0191396-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
EMBARGANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : LUIZ RODRIGUES WAMBIER - PR007295
MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR - PR042277
DANIEL ANTÔNIO RIBEIRO DE SOUZA - PR055711
ARTHUR MENDES LOBO - PR046828
EMBARGADO : R L E T S
ADVOGADOS : LUCIUS MARCUS OLIVEIRA - PR019846
JEFFERSON KAMINSKI - PR037362
MAURO ALEXANDRE ARAUJO KRAISMANN - PR037078

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 807/816) opostos à decisão (e-STJ fls. 799/805) que negou provimento ao agravo nos próprios autos.

O embargante alega, em síntese, omissão, obscuridade e contradição, sob os seguintes fundamentos:

(i) "a decisão embargada afasta a tese de existência de divergência jurisprudencial e não apresenta as razões pelas quais chegou à referida conclusão" (e-STJ fl. 807),

(ii) "em momento algum foi suscitada violação de verbete sumular no Recurso de Estricto Direito" (e-STJ fl. 810),

(iii) "embora o Embargante tenha mencionado o disposto pelo arts. 1º, inc. IV, e 170, inc. IV, parágrafo único, ambos da CF/88, foi exposto de forma expressa que o acórdão recorrido violou os artigos 389 e 421 do CC/02" (e-STJ fl. 810),

(iv) a decisão não respondeu ao questionamento a respeito de qual o fundamento utilizado pelo Tribunal de origem para o reconhecimento de abusividade dos juros remuneratórios,

(v) a monocrática não respondeu à indagação sobre a motivação da Corte *a quo* "em relação a qual seria a taxa média utilizada (crédito pessoal e crédito para fomento da atividade empresarial)" (e-STJ fl. 812),

(vi) "a própria decisão aqui recorrida concluiu que a análise da taxa média de mercado para empréstimo para pessoa física encontraria óbice nas súmulas 5 e 7. Ou seja, se houve julgamento com base em circunstância diferente daquela submetida ao julgamento, é inequívoco, concessa venia, que o acórdão recorrido é nulo e viola o disposto pelo art. 1.022, inc. I e II, do CPC/05" (e-STJ fl. 812),

(vii) foram opostos "embargos de declaração contra o acórdão recorrido justamente para provocar o Tribunal *a quo* a se manifestar sobre os três itens supracitados e seu recurso foi simplesmente rejeitado" (e-STJ fl. 812), portanto, é indevida a aplicação das

Súmulas n. 282 e 356 do STF, e

(viii) a monocrática não esclareceu por que os arts. 330, §§ 2º e 3º, do CPC/2015 e 389 e 421 do CC/2002 não guardariam pertinência temática com as teses recursais.

A embargada apresentou impugnação (e-STJ fls. 819/826), defendendo a rejeição dos aclaratórios e a condenação do embargante à multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração para: "I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material."

Os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, como pretende a parte ora embargante, sendo certo que o efeito modificativo pretendido somente é possível em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado.

Em relação às alegações dos declaratórios, observa-se na decisão embargada que:

(i) o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige que a parte comprove o dissídio mediante cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015), ônus dos quais o recorrente não se desincumbiu, limitando-se à simples transcrição de julgados,

(ii) o recorrente, à fl. 634 (e-STJ) do recurso especial, aduziu que "o E. Tribunal paranaense, ao ignorar a ausência de depósito do valor incontroverso e dos requisitos mínimos para afastar a mora, além de violar o disposto pelo art. 330, §2º e §39 do CPC/15 e de também estar em contraposição ao enunciado da súmula 380, conforme já demonstrado, diverge diametralmente do entendimento do acórdão paradigma supracitado" (e-STJ fls. 639/640), por tal razão a decisão ora embargada aplicou a Súmula n. 518 do STJ,

(iii) constou das razões do especial que o "acórdão recorrido, que por sua vez, acabou por violar o disposto pelos arts. 389 e 421 do CC/02 e arts. 1º, inc. IV e 170, inc. IV e parágrafo único da CF/88" (e-STJ fl. 637), entretanto, não é possível o conhecimento de norma constitucional em sede de recurso especial,

(iv) a decisão embargada mencionou que o Tribunal de origem reconheceu a abusividade dos juros remuneratórios com fundamento na orientação jurisprudencial consolidada em recurso especial repetitivo julgado pelo STJ,

(v) a monocrática afirmou que, "na apelação (e-STJ fls. 474/794), a instituição financeira não se insurgiu quanto aos percentuais de juros remuneratórios indicados pela sentença, consistindo em indevida inovação recursal a irresignação quanto aos índices apontados – o que não se admite –, motivo pelo qual se conclui que o acórdão recorrido apresentou

motivação suficiente",

(vi) a decisão impugnada asseverou que "A taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para operações similares, na mesma época do empréstimo, pode ser utilizada como referência no exame do desequilíbrio contratual, mas não constitui valor absoluto a ser adotado em todos os casos. Com efeito, a variação dos juros praticados pelas instituições financeiras decorre de diversos aspectos e especificidades das múltiplas relações contratuais existentes (tipo de operação, prazo, reputação do tomador, garantias, políticas de captação e empréstimo, aplicações da própria entidade financeira, etc.). Ocorre que a alteração do desfecho conferido ao processo sobre a abusividade da taxa de juros – pactuada em percentual próximo ao do quádruplo da média de mercado – demandaria análise do conteúdo fático-probatório dos autos, circunstância que atrai o óbice das Súmulas n. 5 e 7 do STJ" (e-STJ fl. 805). Portanto, ao contrário do alegado nos aclaratórios, nada se decidiu na monocrática a respeito da modalidade de empréstimo em julgamento,

(vii) a decisão explicitou que o TJPR não se manifestou sobre (a) a inaplicabilidade do CDC, (b) o saldo devedor ser superior ao valor correspondente ao dos encargos eventualmente considerados abusivos, ou (c) a violação dos arts. 389 e 421 do CC/2002. Também apontou que, na petição de embargos declaratórios (e-STJ fls. 593/599) opostos ao acórdão que negou provimento à sua apelação, o recorrente não provocou o pronunciamento da Corte de origem sobre tais temas – o que impede o conhecimento das matérias, à falta de prequestionamento (Súmulas n. 282 e 356 do STF). A propósito, inexistente prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015) se a matéria não foi submetida ao julgamento colegiado em segundo grau de jurisdição, e

(viii) a monocrática esclareceu que o comando legal do art. 330, §§ 2º e 3º, do CPC/2015 é inapto para sustentar a tese de impossibilidade de afastamento da mora. Da mesma forma, deixou claro que os arts. 389 e 421 do CC/2002 não guardam pertinência temática com a alegação de inexistência de abusividade dos juros remuneratórios.

Assim, não se constata nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado.

Ademais, o simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Deixo de aplicar a multa por protelação (art. 1.026, § 2º, do CPC/2015), uma vez que o embargante apenas exerceu seu direito de petição – o que não constitui ato protelatório – e não revelou conduta maliciosa ou temerária a justificar punição.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator